

Bancos estrangeiros pressionam mas não obtêm novas concessões

A proximidade da nova etapa de renegociação da dívida externa — agora, com maior conotação política — e os estudos em andamento para outra reforma bancária mais ampla estimulam as pressões dos bancos estrangeiros para penetrar no sistema bancário brasileiro. Mas o Banco Central mantém fechada a porteira para os bancos estrangeiros no Brasil e também não autoriza a instalação de dependências de bancos brasileiros no exterior.

Não faltam pedidos de bancos norte-americanos, japoneses e europeus para a reabertura do sistema financeiro nacional ao capital estrangeiro. Nenhuma das partes comenta de público mas as pressões contra o bloqueio à retomada do fluxo do capital externo sempre aparecem nas conversações dos banqueiros estrangeiros com autoridades brasileiras.

Como exceções, nos últimos meses, defenderam abertamente o fim das barreiras aos bancos estrangeiros dirigentes do Manufacturers Hanover Trust, do Estados Unidos, e do Banco de Crédito e Comércio Internacional (BCCI), de Luxemburgo. O diretor para a América Latina do BCCI, S.M. Shafi, acreditado na suspensão das restrições e já anunciou que o seu banco ingressará no Brasil “tão logo seja possível”.

Porém, mesmo no auge das pressões, em meados de 1983, quando o Brasil não conseguia a liberação de parcelas do financiamento ampliado do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do jumbo dos bancos privados, um banqueiro estrangeiro, o vice-presidente do Maryland National Bank — banco regional norte-americano — Jim Ortega, apoiou a postura restritiva do governo brasileiro: “Se os bancos

estrangeiros puderem aumentar a lucratividade com operações em cruzeros no Brasil, deixarão de buscar lucros com a ampliação de empréstimos em moeda estrangeira a tomadores brasileiros”.

Em agosto de 1983, a conceituada revista norte-americana *Business Week* tentou expor ao ridículo a política bancária brasileira, com a acusação de que o governo brasileiro só admitia a entrada de novos bancos estrangeiros mediante presente de US\$ 50 milhões. O Banco Central reagiu com veemência, ao ressaltar que o Brasil dispõe de regras claras e rígidas para restringir a entrada de capital estrangeiro no sistema financeiro nacional.

Não se trata de mudar legislação bancária, uma vez que, no caso do capital estrangeiro, vigora a decisão de governo. Somente o presidente da República tem competência para autorizar, através de decreto, o ingresso de novos bancos estrangeiros. Mas, no sistema bancário comercial, o Brasil não permite novas participações minoritárias, qualquer que seja o percentual.

Como explica o Banco Central, existe uma lei não escrita que impede novos bancos estrangeiros. Para qualquer exceção, como no caso dos acordos de reciprocidade, o Conselho Monetário Nacional (CMN) examina e encaminha o pedido ao presidente da República, a quem cabe autorizar o ingresso do capital externo. De resto, o governo brasileiro permite a participação estrangeira de até 33% no capital de bancos de investimento e de financeiras.

Nos últimos três anos, prevaleceu a determinação expressa do ministro da Fazenda, Ernane Galvêas: o ingresso efetivo de novos

bancos estrangeiros só foi permitido por força de acordos de reciprocidade, como os assinados com Portugal, Espanha e Itália e no capital de bancos comerciais brasileiros, o governo só permitiu a troca do sócio estrangeiro, mesmo minoritário, a exemplo do que ocorreu no Banco Sogeral e no Banco Cidade de São Paulo, e, mais recentemente, quando o Lloyds Bank assumiu o controle do London & South America.

A recessão da economia brasileira atingiu os lucros bancários, inclusive o dos bancos estrangeiros — o Citibank já admite que, este ano, deixará de ter, fora dos Estados Unidos, o Brasil como fonte geradora de maior rentabilidade. Mesmo assim, o sistema bancário brasileiro continua a atrair a cobiça dos bancos estrangeiros. Afinal, os dezoito bancos que conseguiram penetrar no país não têm o que reclamar dos resultados obtidos.

Pelo contrário, os bancos estrangeiros só reclamam das restrições para expandir a sua rede de agências e, em consequência, as suas operações. O Banco Central continua a alijar os bancos estrangeiros de todos os programas de expansão da rede de agências. No ano passado, o Banco Central só permitiu expansão de dependências dos bancos estrangeiros através do programa de troca de agências em praças “saturadas” do Centro/Sul por outras nas áreas de mineração e de fronteira agrícola do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País.

Sob controle acionário de capital estrangeiro, dezoito bancos operam somente 59 das 14.622 agências bancárias existentes no Brasil. De 1978 e 1982, a rede de agências de bancos estrangeiros aumentou apenas de

37 para 39. Em 1983, houve o salto para 59, em função de troca de agências do Centro-Sul pelas localizadas em praças de menor categoria.

Na conceituação do Banco Central para banco estrangeiro, por estranho que pareça, estão fora o Lar Brasileiro, o Sudameris do Brasil, o Francês Brasileiro, o Mitsubishi Brasileiro, o Sumitomo Brasileiro, o Banco de Tóquio e o Banco Brasileiro Iraquiano, por exemplo, o que elevaria em muito os indicadores da presença do capital externo no sistema financeiro internacional.

O Lloyds Bank detém a maior rede de agências de banco estrangeiro no País, com dezesseis dependências, seguido pelo Citibank, com 13; Banco Europeu para a América Latina, com 6; o First National Bank of Chicago e Banco Holandês Unido, com 5 cada; Banco Financeiro Português, com 3; Banco Commerciale Italiano, com 2 e com uma única agência Deutsche Bank, Banco de La Nacion Argentina, Banco de La Provincia de Buenos Aires, Banco de La República Oriental del Uruguay, Union de Bancos del Uruguay, Banco de Santander, Banco Exterior de España, Banco Financeiro Sudamericano, Banco Hispano Americano, Banco Union e Centrobanco.

Enquanto o mercado financeiro internacional não retomar a normalidade — o que não deve acontecer, a curto prazo — o Brasil precisará recorrer aos pacotes de renegociação, com a inclusão de esquemas para a sobrevivência das agências dos bancos brasileiros no exterior. Dentro dessa anormalidade, o Banco Central proíbe abertura de novas agências externas e ainda estimula o fechamento de dependências problemáticas.